
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**

celebrado entre

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.,
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,

e

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA
como Interveniente Anuente

11 de março de 2014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários em fase de análise pela CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1, Edifício Vila Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

De outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão de interesse dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido);

E, como interveniente anuente,

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 2, Edifício Vila Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.068.805/0001-41, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("MESA"),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

Os termos iniciados com letras maiúsculas nesta Escritura de Emissão têm o significado a eles atribuídos no **Anexo I** à Escritura de Emissão.

Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional ou data que por qualquer motivo não haja expediente na BM&FBOVESPA ("Dia Útil").

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura de Emissão é celebrada e a formalização das Garantias e Suporte de Acionistas (conforme abaixo definido) será efetuada com base em deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 11 de março de 2014 (“AGE”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Oferta e das Garantias, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive para celebrar o Aditamento, a fim de refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Cláusula 3.6.5 abaixo); e (c) a delegação de poderes para o Conselho de Administração da Emissora, após o término do Procedimento de *Bookbuilding*, para ratificar a taxa da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a ser emitida, observados os limites previstos nesta Escritura de Emissão.

As Garantias Reais Compartilhadas, conforme dispostas na Cláusula 4.5.1 abaixo, foram outorgadas com base nas deliberações tomadas em (i) AGE; e (ii) Reunião do Conselho de Administração da MESA, realizada em 30 de janeiro de 2014 (“Aprovações Societárias das Garantias Reais Compartilhadas”).

A Garantia Fidejussória outorgada pelos Fiadores no âmbito da Oferta, conforme disposto na Cláusula 4.5.2 abaixo, é concedida com base nas seguintes deliberações a serem tomadas em (i) Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras (conforme abaixo definida) e (ii) Reunião do Conselho de Administração da CEMIG (conforme abaixo definida), ambas a serem realizadas até a data de celebração dos Contratos de Fiança e antes da concessão do registro da Oferta pela CVM (“Aprovações Societárias dos Fiadores”).

O Suporte de Acionistas Suplementar, conforme disposto na Cláusula 4.5.3 (a) abaixo, é concedido com base nas deliberações a serem tomadas em: (i) Reunião do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Participações S.A.; (ii) Assembleia Geral de Quotistas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia; e (iii) Reunião da Diretoria da Odebrecht Energia do Brasil S.A., sendo que todas as aprovações serão realizadas até a data de celebração do aditivo ao Contrato de Suporte Suplementar e antes da concessão do registro da Oferta pela CVM (“Aprovações Societárias do Suporte Suplementar”).

O Suporte de Acionistas para Insuficiências, conforme disposto na Cláusula 4.5.3 (b) abaixo, é concedido com base nas deliberações a serem tomadas em: (i) Reunião do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Participações S.A.; (ii) Reunião do Conselho de Administração da CEMIG Geração e Transmissão S.A.; (iii) Assembleia Geral de Quotistas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia; (iv) Reunião do Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas S.A.; e (v) Reunião da Diretoria da Odebrecht Energia do Brasil S.A., sendo que todas as aprovações serão realizadas até a data de celebração do aditivo ao Contrato de Suporte para Insuficiências e antes da concessão do registro da Oferta pela CVM (“Aprovações Societárias do Suporte para Insuficiências” e, em conjunto com as Aprovações Societárias das Garantias Reais Compartilhadas, Aprovações Societárias dos Fiadores e Aprovações Societárias do Suporte Suplementar, “Aprovações Societárias das Garantias”).

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria com garantia adicional real e fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

2.1. Registro na CVM

A Oferta será previamente registrada perante a CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), bem como será publicada no Jornal Empresas & Negócios - SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"). Os atos societários relacionados com a Emissão e/ou as Debêntures (conforme termos abaixo definidos), que, eventualmente, venham a ser praticados após a inscrição desta Escritura de Emissão na JUCESP, inclusive as Aprovações Societárias das Garantias, também serão arquivados na junta comercial competente e publicados nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrições e Registros

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Cláusula 3.6.5 abaixo), de modo a especificar a taxa aplicável às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas ("Aditamento").

2.3.2. Os instrumentos que formalizarão as Garantias e Suporte de Acionistas (conforme definido abaixo) descritos nas Cláusulas 4.5.1 a 4.5.3 adiante serão (i) devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora e do Agente Fiduciário até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM; e (ii) levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas demais praças, nos termos previstos nos respectivos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas.

2.3.3. Em razão do penhor constituído em favor dos Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 4.5.1 (a) abaixo, deverá ser feita a averbação do penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA no livro de registro de ações nominativas da Emissora.

2.4. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

A Emissão será registrada perante a ANBIMA no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”), em vigor desde 03 de fevereiro de 2014.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio do (i) CETIP 21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

2.6. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia

A presente Emissão é realizada nos termos do § 1º do artigo 1º e do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), do Decreto nº 7.603, de 09 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603”), da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução CMN 3.947”), e pela Portaria nº 558 do Ministério de Minas e Energias, de 03 de outubro de 2012, para implementação da UHE Santo Antônio (conforme definição adiante), considerado como prioritário nos termos do artigo 2º, inciso III do Decreto 7.603.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (“UHE Santo Antônio”) e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão associado.

3.2. Destinação dos Recursos

- 3.2.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados para viabilização e implementação das 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antônio, que foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431, do Decreto 7.603 e da Resolução CMN 3.947 (“Projeto”).
- 3.2.2. A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2016.

- 3.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a implantação do Projeto é de aproximadamente R\$19,5 bilhões, já tendo sido investidos, até 31 de dezembro de 2013, aproximadamente R\$15 bilhões, o que representa cerca de 77% (setenta e sete por cento) do investimento total do Projeto.
- 3.2.4. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

3.3. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Número de Séries

- 3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 3.6.5, observado que o somatório das Debêntures da 1ª série (“1ª Série” e “Debêntures da 1ª Série”) e das Debêntures da 2ª série (“2ª Série” e “Debêntures da 2ª Série”) não poderá exceder a quantidade prevista na Cláusula 4.1.2 abaixo.
- 3.4.2. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida na 1ª Série deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista na Cláusula 4.1.2 abaixo, e também da quantidade total a ser emitida na 2ª Série. As Debêntures serão alocadas entre as 2 (duas) séries, de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). Serão emitidas, (i) no mínimo, 20.000 (vinte mil) Debêntures e, no máximo, 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures da 1ª Série e, (ii) no mínimo, 42.000 (quarenta e duas mil) Debêntures e, no máximo, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 2ª Série.
- 3.4.3. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da 1ª Série ou às Debêntures da 2ª Série, todas as referências às Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série, em conjunto.

3.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observada a Cláusula 3.4 acima, sendo que tal montante não poderá ser aumentado em função do exercício da opção de debêntures adicionais e/ou da opção do lote suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, e do artigo 24, respectivamente, da Instrução CVM 400. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada, de forma individual e não solidária, pelo Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder” ou “BTG Pactual”), pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“HSBC”) e pelo BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento (“BESI”) e, em conjunto com o BTG Pactual e com

o HSBC, “Coordenadores”), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Debêntures, conforme os termos e condições do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, da Santo Antônio Energia S.A.” (“Contrato de Distribuição”), a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

- 3.6.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição, tendo como público alvo (i) investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, incluindo, mas não se limitando, a pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar (“Investidor Qualificado”), e (ii) demais investidores residentes ou domiciliados no Brasil que não possam ser classificados como Investidores Qualificados (“Investidores Não Qualificados” e “Público Alvo”, respectivamente).
- 3.6.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Oferta perante a CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”) e a disponibilização aos investidores do Prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Formulário de Referência” e “Instrução CVM 480”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM 400.
- 3.6.4. Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, as Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.
- 3.6.5. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de subscrição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures e da quantidade de Debêntures de cada série. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará a taxa aplicável às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série a ser efetivamente emitida, por meio de Aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, nos termos da AGE, conforme disposto na Cláusula 2.3.1 acima.
- 3.6.6. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora, da MESA e/ou dos Fiadores (conforme abaixo definido); (ii) acionistas controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal

participação em relação ao volume da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação das Debêntures perante a instituição financeira contratada para atuar como formador de mercado, nos termos do Contrato de Distribuição e do parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400. Não há limite para a participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante"), e a instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário"). O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures observada a Cláusula 3.4 acima.
- 4.1.3. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.
- 4.1.4. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, será expedido por estas, extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme o caso.
- 4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória.
- 4.1.6. Conversibilidade e Permutabilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.
- 4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2014 ("Data de Emissão").
- 4.1.8. Preço e Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso, pelo

seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) aplicável à respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) até a data da efetiva integralização de cada série (exclusive) (“Data de Integralização”).

- 4.1.9. Prazo e Data de Vencimento. (i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022 (“Data da Vencimento da 1ª Série”); e (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2024 (“Data de Vencimento da 2ª Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, “Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo de seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive).

4.2. Remuneração das Debêntures

A remuneração das Debêntures será composta de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios (“Remuneração”) conforme disposto a seguir:

- 4.2.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, o saldo do Valor Nominal Unitário será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 9 (nove) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dnp/dut} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na atualização das debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo “dut” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a data de aniversário, o NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número- índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo,

porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

- (ii) O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados na Cláusula IX desta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas, em deliberação realizada com o *quorum* estabelecido na Cláusula 9.5.1 adiante, ou caso a Taxa Substitutiva acarrete a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, as Partes deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 4.2.1.2 acima, nomear perito independente para a determinação do novo índice oficial de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante às Partes, e a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures, utilizando o novo índice de atualização determinado pelo perito. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o novo índice de atualização determinado pelo perito. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

4.2.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a determinado percentual para cada série ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitados a (i) para a 1ª Série, 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da Nota

do Tesouro Nacional série B – NTN-B (“NTN-B”), com vencimento em 15 de agosto de 2022 (“Juros Remuneratórios da 1ª Série”); e (ii) para a 2ª Série, 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em 15 de agosto de 2024 (“Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, “Juros Remuneratórios”). As taxas internas de retorno da NTN-B deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas com base na média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.2.2.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

taxa taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3. Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.3.1. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento

devido em 15 de outubro de 2014 e o último na Data de Vencimento da 1ª Série (cada uma dessas datas, “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série”). Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento da 2ª Série (cada uma dessas datas, “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série” e, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série, “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

- 4.4.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, nos montantes e nas datas indicadas na tabela abaixo:

DATAS DE AMORTIZAÇÃO DA 1ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 1ª SÉRIE A SER AMORTIZADO	DATAS DE AMORTIZAÇÃO DA 2ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 2ª SÉRIE A SER AMORTIZADO
15 de abril de 2020	16,4%	15 de abril de 2022	25,1%
15 de abril de 2021	49,3%	15 de abril de 2023	55,6%
15 de abril de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 1ª Série	15 de abril de 2024	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 2ª Série

4.5. Garantias e Suporte de Acionistas

O pagamento das Debêntures é garantido pelo conjunto das garantias e pelo suporte de Acionistas da MESA, conforme Cláusulas 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3 abaixo (“Garantias e Suporte de Acionistas”).

4.5.1. Garantias Reais Compartilhadas

- a) penhor sobre (i) a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, (“Ações”); (ii) todas as novas ações de emissão da Emissora que a MESA e/ou a Andrade Gutierrez Participações S.A., a Odebrecht Energia do Brasil S.A. e o Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, venha(m) a adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Penhor, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações, seja por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas (as quais, uma vez adquiridas pela MESA, integrarão, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de Ações, para todos os fins e efeitos de direito), às quais ficará automaticamente estendido o penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições do Contrato de Penhor; (iii) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações) e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora em relação às Ações, bem como debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados a sua participação no capital social da Emissora, além de direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos até a liquidação

dos Contratos de Financiamento e desta Escritura de Emissão, observado o disposto no Contrato de Penhor; (iv) todos os valores recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos à MESA a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável); e (v) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da realização da garantia mencionada nos itens (i) a (iv) acima, de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Penhor, a ser constituído também em favor dos Debenturistas até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM; e

- b) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cessão fiduciária (a) pela Emissora, dos direitos emergentes da Concessão de que a Emissora é titular em decorrência do Contrato de Concessão, incluindo, (i) os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEARs”), dos Contratos de Compra e Venda de Energia (“CCVEs”), consolidados em anexo do Contrato de Cessão Fiduciária, e de quaisquer outros instrumentos de comercialização de energia firmados pela Emissora, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelo Projeto, incluindo, ainda, os direitos supervenientes de crédito decorrentes desses CCVEs, dos CCEARs e instrumentos de comercialização de energia que vierem a ser firmados pela Emissora, (ii) os eventuais direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos Contratos de Compra e Reduções de Emissão de Carbono (“CCRECs”), inclusive a totalidade da receita e os direitos supervenientes de crédito deles decorrentes; (iii) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, (iv) as garantias constantes dos CCEARs e dos CCVEs firmados pela Emissora; (v) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora, em caso de extinção outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (vi) a energia elétrica produzida pelo Projeto e o direito de gerar e vender a energia elétrica produzida pelo Projeto; (vii) os direitos creditórios Contas Reserva e, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária, da Conta Seguradora, da Conta de Suporte SAESA e da Conta de Suporte para Insuficiência SAESA; e (viii) todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão; (b) pela MESA, (i) de todos os direitos decorrentes do Contrato de Suporte Original, do Contrato de Suporte Suplementar e do Contrato de Suporte para Insuficiências, compreendendo, mas não se limitando a quaisquer outros direitos, recursos, valores, aportes de capital e/ou receitas que sejam decorrentes de referidos contratos, e (ii) dos direitos creditórios da conta da MESA definida no Contrato de Cessão Fiduciária (Conta de Suporte MESA); a ser constituída também em favor dos Debenturistas; bem como (c) cessão condicional, dos Contratos do Projeto e das respectivas garantias de execução previstas no Contrato de EPC e nos Contratos de Engenharia do Proprietário (“Garantias de Execução”), na medida em que permitido pela lei aplicável. Observadas as exigências da lei aplicável, a cessão dos Contratos do Projeto e das Garantias de Execução nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária somente produzirá efeitos a partir da verificação das seguintes condições, cumulativamente: (i) ocorrência de um evento de inadimplemento pela Emissora nos termos dos Contratos de Financiamento e desta Escritura de Emissão; e (ii) recebimento pela Emissora de uma notificação enviada pelos credores

informando-a da decisão de exercerem o direito de assumir, ou nomear terceiro para assumir, um ou mais Contratos do Projeto e Garantias da Execução.

- 4.5.2. Garantia Fidejussória. As Debêntures contarão ainda com garantia fidejussória prestada, nos termos dos respectivos instrumentos particulares a serem outorgados aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Fiança”), pela: (i) **Centrais Elétricas Brasileiras S.A.**, sociedade por ações de economia mista, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, conforme alterada, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco “B”, nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26 (“Eletrobras”), obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil; e (ii) pela **Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 5º andar, ala B1, CEP 30190-131, bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64 (“CEMIG”, em conjunto com a Eletrobras, “Fiadores”), obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

- 4.5.2.1. Os Fiadores estarão liberados de suas obrigações desde que sejam atendidos, cumulativamente, os requisitos previstos nos respectivos Contratos de Fiança.

4.5.3. Suporte de Acionistas

- a) suporte de Andrade Gutierrez Participações S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia e Odebrecht Energia do Brasil S.A., na qualidade de acionistas da MESA, por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, na hipótese de não pagamento de prestação de principal e/ou acessórios dos Contratos de Financiamento Suplementares e/ou desta Escritura de Emissão ou de declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento Suplementares e/ou desta Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte Suplementar, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte Suplementar deverá ser celebrado até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM; e
- b) suporte dos Acionistas da MESA por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, mediante a ocorrência de um Evento

de Capitalização Ordinário ou de Evento de Capitalização Extraordinário (conforme abaixo definidos), relacionados à insuficiência de recursos financeiros da Emissora para a execução do Projeto, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte para Insuficiências, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte para Insuficiências deverá ser celebrado até a data da concessão do registro da Oferta pela CVM.

4.5.3.1. Para fins da alínea (b) da Cláusula 4.5.3 acima, consideram-se, nos termos do Contrato de Suporte para Insuficiências, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário:

- (i) “Eventos de Capitalização Ordinários” são definidos como os aportes regulares de capital das Acionistas na MESA, para posterior aporte na Emissora, em conformidade com o Quadro de Usos e Fontes do Projeto;
- (ii) “Eventos de Capitalização Extraordinários” são definidos como os aportes de capital das Acionistas na MESA, para posterior aporte na Emissora, de modo a prover a MESA, e consequentemente a Emissora: (a) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, tendo em vista os valores referidos no Quadro de Usos e Fontes do Projeto; (b) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências ou frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do Projeto, conforme o Quadro de Usos e Fontes do Projeto, inclusive, mas não se limitando aos recursos de geração de caixa previstos para utilização nos investimentos do Projeto, conforme previstos nos Contratos de Financiamento e nesta Escritura de Emissão; (c) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências de recursos nas Contas-Reserva mencionadas nos Contratos de Financiamento e no Contrato de Cessão Fiduciária, de forma a preencher o saldo mínimo exigido para as referidas Contas-Reserva; (d) com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente o valor necessário para manter, até o fim da vigência do Contrato de Suporte para Insuficiências, o índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento).

4.5.4. O Contrato de Suporte Original, o Contrato de Suporte para Insuficiências e o Contrato de Suporte Suplementar, conforme mencionados nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 4.5.3 acima, terão vigência até o cumprimento cumulativo das condições previstas nos respectivos contratos.

4.5.5. Desde que permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e Juros Remuneratórios, fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembléia Geral de Debenturistas ou qualquer anuência dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário para eventual alteração dos Contratos de Financiamento, em decorrência de eventual reescalonamento de termos ou condições previstos nos respectivos instrumentos, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e/ou os Agentes Repassadores.

4.6. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as

Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

- 4.7. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, individual e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, acrescidos dos Juros Remuneratórios devidos, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8. Tratamento Tributário

- 4.8.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

- 4.8.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da primeira data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, devendo enviar a documentação complementar pertinente, caso haja alteração nesta condição.

- 4.8.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

- 4.8.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida.

- 4.8.3. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula III acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo custo de todos os tributos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devido aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.

- 4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, bem como aqueles até a próxima data de pagamento, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 4.10. Publicidade. Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de aviso publicado no DOESP e no Jornal Empresas & Negócios - SP, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.santoantonioenergia.com.br), sendo que a publicação dos anúncios e avisos referentes exclusivamente à Oferta serão publicados no jornal "Valor Econômico". A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, devendo os Debenturistas verificar com a Emissora sobre a eventual alteração do jornal de publicação.
- 4.11. Liquidez e Estabilização. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação do Banco BTG Pactual S.A. para atuar como formador de mercado da Emissão ("Formador de Mercado"), observado os termos do Contrato de Distribuição e do contrato de formador de mercado, celebrado nesta data.
- 4.12. Direitos, Vantagens e Restrições das Debêntures. A cada Debênture, devidamente subscrita e integralizada, corresponderá um voto nas assembleias gerais de titulares de Debêntures. As Debêntures conferem ao respectivo titular direito ao recebimento, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido, *pro rata temporis*, dos Juros Remuneratórios aplicáveis à respectiva série. Após o encerramento da Oferta, as Debêntures de cada série em circulação se tornarão fungíveis e conferirão os mesmos direitos aos respectivos titulares de Debêntures da mesma série.
- 4.13. Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.
- 4.14. Aquisição Facultativa. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula 4.14 poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 1º, § 1º, inciso II, da Lei 12.431.
- 4.15. Resgate Antecipado. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial.
- 4.16. Amortização Extraordinária. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

- 4.17. Prorrogação de Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou data que por qualquer motivo não haja expediente na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA V

VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá automaticamente declarar antecipadamente vencidas as Debêntures ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou do saldo Devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"), desde que não seja sanado dentro dos prazos aplicáveis previstos nas alíneas a seguir, conforme o caso:

- a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento, do valor de principal das Debêntures, da Remuneração ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- b) descumprimento (i) pela Emissora e/ou pela MESA, de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, não sanado em 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pela MESA, pelos acionistas da Emissora e/ou da MESA e/ou dos respectivos intervenientes garantidores, de quaisquer obrigações previstas nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e demais documentos da Oferta, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;
- c) sem prejuízo da alínea (b) acima, descumprimento de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos, inclusive os Contratos do Projeto, que implique Impacto Adverso Relevante;
- d) término ou rescisão pela Emissora ou pela MESA de quaisquer Contratos do Projeto sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, a não ser pelo decurso regular dos seus respectivos prazos de vigência;

- e) contratação, pela Emissora, de mútuos, direta ou indiretamente, com seus acionistas diretos e/ou indiretos, exceto se subordinados às obrigações desta Escritura de Emissão e com data de vencimento posterior às Datas de Vencimento, em relação aos quais não será necessária a anuência prévia dos Debenturistas;
- f) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da MESA;
- g) suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial de quaisquer dos Contratos do Projeto que resulte em Impacto Adverso Relevante, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, salvo se, em 30 (trinta) dias, (i) a Emissora celebre contrato que substitua o contrato ou a parte do contrato que ocasionou a hipótese de vencimento antecipado mencionada nesta alínea; ou (ii) a suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial ocorrida seja revertida judicialmente por decisão de efeito imediato;
- h) aditamento de quaisquer dos Contratos do Projeto, que cause Impacto Adverso Relevante não suportado pelo Contrato de Suporte Suplementar e pelo Contrato de Suporte para Insuficiências, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo;
- i) se a Emissora deixar de manter qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, auditadas e publicadas, ao final de cada exercício fiscal, a partir da divulgação referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 até a Data de Vencimento (“Índices Financeiros”):
 - (i) até a data da entrada em operação da 50ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e, após a data da entrada em operação da 50ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento); e
 - (ii) manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD Mínimo”) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos) até a amortização da totalidade das Debêntures em Circulação. O ICSD Mínimo será apurado anualmente conforme metodologia de cálculo prevista no Anexo II e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora;
- j) contratação pela Emissora de novos endividamentos com terceiros, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA, de acordo com a fórmula paramétrica prevista no Contrato de EPC;

- k) suspensão, por mais de 60 (sessenta) dias, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou não renovação da Concessão;
- l) suspensão, por mais de 60 (sessenta) dias, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção ou não renovação das autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive, mas não se limitando, às ambientais e às concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter as 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Caso a Emissora comprove que efetuou o respectivo pedido de renovação nos prazos legais e não tenha havido decisão contrária do órgão competente, o evento de inadimplemento previsto neste item não será caracterizado, a não ser que ocorra a interrupção total das atividades da Emissora por determinação do órgão competente para apreciação do pedido em questão;
- m) nulidade de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, desde que não revertida em 30 (trinta) dias;
- n) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;
- o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela MESA nos documentos da Oferta;
- p) venda, cessão, transferência, permuta ou, por outra forma, disposição de ações representativas do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, exceto se (i) de acordo com esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; ou (ii) houver incorporação da Emissora pela MESA, com manutenção da composição acionária indireta da Emissora;
- q) julgamento, em caráter definitivo, mediante trânsito em julgado da respectiva decisão, de qualquer processo, arbitragem ou procedimento administrativo em face da Emissora que acarrete Impacto Adverso Relevante;
- r) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos à MESA ou a seus acionistas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1, exceto se de acordo com esta Escritura de Emissão;
- s) declaração de vencimento antecipado de qualquer Contrato de Financiamento (conforme definido no Anexo I), observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- t) declaração de vencimento antecipado de financiamentos em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- u) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se for validamente

comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo;

- v) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- w) a Emissora ceder, transferir, vender ou de qualquer outra forma alienar ativos em valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), individualmente, ou em séries de operações, observadas as permissões a serem previstas nos Contratos de Financiamento e nesta Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de (i) substituição em razão de desgaste e/ou depreciação e (ii) atualização em razão de obsolescência;
- x) a Emissora efetuar outros investimentos que não os relacionados diretamente ao Projeto, ressalvados os investimentos autorizados por esta Escritura de Emissão e pelos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas;
- y) degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais garantias ou o cumprimento das disposições dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas;
- z) a ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Emissora ou da MESA, que possa prejudicar suas respectivas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Emissora, (iii) na validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; ou (iv) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto aqui previstas, mediante transmissão de aviso à Emissora (“Impacto Adverso Relevante”);
- aa) o não registro do Contrato de Penhor, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Suporte Suplementar, e/ou do Contrato de Suporte para Insuficiências nos termos previstos nos respectivos instrumentos em até 60 (sessenta) dias da data de sua respectiva celebração nas outras praças que não a da Emissora;
- bb) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas, com exceção à hipótese de incorporação da Emissora pela MESA, nos termos da alínea “p” acima;
- cc) alienação, constituição de ônus ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relevantes relacionados ao Projeto, para terceiro, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, com exceção de operações celebradas com os fornecedores para aquisição específica de tais bens;

- dd) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou trabalho escravo;
 - ee) o pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu Estatuto Social em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, nas seguintes hipóteses: (i) a Emissora, as Fiadoras ou os Acionistas da MESA estejam inadimplentes com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; (ii) houver sido convocada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar a respeito da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Cláusula 5.1 e até que seja encerrada referida Assembleia Geral de Debenturistas, com deliberação contrária ao vencimento antecipado das Debêntures, ou (iii) o ICSD histórico dos últimos 12 (doze) meses seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), revisado por auditor independente da Emissora, trimestralmente, utilizando-se das informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas apresentadas pela Emissora à CVM, conforme metodologia detalhada no Anexo II à presente Escritura de Emissão, e comprovado com base em memória de cálculo e declaração apresentadas pela Emissora substancialmente na forma do Anexo II à presente Escritura de Emissão; ou (iv) as Contas Reserva não estejam devidamente preenchidas com os valores mínimos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
 - ff) descumprimento das obrigações referentes aos Princípios do Equador;
 - gg) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
 - hh) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.2 desta Escritura de Emissão.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 5 (cinco) Dias Úteis. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado na data da ciência.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a”, “f”, “k”, “s”, “bb” da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX desta Escritura de Emissão e com quorum qualificado de instalação correspondente a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e a maioria das Debêntures em Circulação em segunda convocação, os titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação nas Assembleias Gerais de Debenturistas em questão, poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento do que for devido.
- 5.6. Nas hipóteses: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima relativo à declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão por deliberação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, seja em primeira ou em segunda convocação, ou, ainda, caso os trabalhos na Assembleias Gerais de Debenturistas em questão sejam suspensas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não terá a faculdade de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não obstante a possibilidade de os Debenturistas convocarem novas Assembleias Gerais de Debenturistas com o mesmo objeto caso os Eventos de Inadimplemento referidos na cláusula 5.4 perdurem.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de resgate (exclusive) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.
- 5.8. Conforme disposto na Cláusula 4.5.5, caso haja eventual alteração dos Contratos de Financiamento, em decorrência de eventual reescalonamento de termos ou condições previstos nos respectivos instrumentos, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e/ou os Agentes Repassadores, não ocorrerá o vencimento antecipado desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

- 6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- a) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, a não ser que em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão, ressalvados a distribuição e o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios;
- b) não contratar mútuos com a MESA ou seus acionistas e com empresas integrantes do grupo da MESA ou de seus acionistas, exceto se subordinados às obrigações desta Escritura de Emissão e com data de vencimento posterior às Datas de Vencimento, em relação aos quais não será necessária a anuência prévia dos Debenturistas;
- c) não alterar, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se previamente aprovado pelo BNDES e pelos Agentes Repassadores, nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento, os CCVEs, os CCEARs, os CCRECs e quaisquer outros instrumentos de comercialização de energia firmados pela Emissora, bem como os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas referentes a tais instrumentos, salvo nas hipóteses de alterações que tenham sido solicitadas pelos compradores dos CCEARs à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (“CCEE”) e impostas à Emissora. Nestas hipóteses, além da Emissora dever informar o BNDES, nos termos dos Contratos de Financiamento, deverá também informar o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de tais alterações, no prazo de 30 (trinta) dias da data em que tiver recebido a respectiva comunicação por parte da CCEE;
- d) não efetuar qualquer pagamento de mútuo à MESA;
- e) não contratar mútuos com terceiros ou novos endividamentos, salvo conforme disposto nesta Escritura de Emissão;
- f) aplicar os recursos recebidos em razão da Emissão unicamente de acordo com os termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- g) manter as Debêntures com, no mínimo, o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento;
- h) obter e manter em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, todas as autorizações relevantes para o pleno funcionamento do Projeto;
- i) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
- j) manter sistemas informativos e contábeis apropriados para o desenvolvimento do Projeto;
- k) permitir inspeção das obras do Projeto e do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre as Partes;

- l) apresentar ao Agente Fiduciário e disponibilizar na página da CVM na rede mundial de computadores, (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria reconhecida internacionalmente e cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros; (ii) dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do término de cada trimestre, ou na data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das suas informações financeiras trimestrais relativas aos respectivos trimestres, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da CVM 480, nos prazos ali previstos;
- m) na mesma data de apresentação das demonstrações financeiras completas devidamente auditadas da Emissora, apresentar declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;
- n) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor;
- o) não constituir garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, salvo (i) mediante autorização prévia, expressa e por escrito dos Debenturistas realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo; (ii) as garantias outorgadas ao BNDES, aos Agentes Repassadores, ao FNO, ao FI-FGTS e aos titulares das debêntures da 1ª e da 2ª emissões da Emissora, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, dos Contratos de Financiamento e dos Contratos do Projeto; (iii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas ou, se for o caso, aditamentos aos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; (iv) as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Emissora, desde que diversas daquelas garantias previstas nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas. Não obstante o aqui disposto, a Emissora deverá informar, por escrito, o Agente Fiduciário caso venha prestar qualquer garantia relativa aos negócios de sua gestão ordinária, nos termos previstos nesta alínea, cujo valor seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de constituição da referida garantia;
- p) manter vigentes as apólices de seguro, compatíveis com os padrões de mercado, para a cobertura do Projeto, conforme descritas no Contrato de EPC₂;
- q) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- r) contratar, até a Data de Emissão, e manter contratada até a Data de Vencimento, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a

classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação à classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não venha a ser quaisquer das agências de classificação de risco citadas no item (i) acima;

- s) contratar e manter contratado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da Data de Integralização, instituição(ões) financeira(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, conforme disposto na Cláusula 4.11 acima e descrição detalhada no Prospecto;
- t) encaminhar trimestralmente ao Agente Fiduciário Quadro de Usos e Fontes atualizado do Projeto, destacando qualquer ocorrência que acarrete um Impacto Adverso Relevante;
- u) manter-se adimplente com relação a todos os Contratos do Projeto, bem como com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes do desenvolvimento do Projeto, observados os prazos de cura aplicáveis;
- v) encaminhar quaisquer notificações de órgãos públicos referentes a aspectos que impliquem em um Impacto Adverso Relevante no Projeto em, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento, e as respectivas respostas, em 5 (cinco) Dias Úteis do encaminhamento;
- w) solicitar aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral realizada nos termos da Cláusula 9.5.1 abaixo, para qualquer modificação ou mudança dos Contratos do Projeto que impliquem em um aumento de exposição da Emissora a riscos relacionados à implementação do Projeto não cobertos pelos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, exceto pela possibilidade de aditamento aos Contratos do Projeto a fim de promover a ampliação da UHE Santo Antônio com a adição de 6 (seis) unidades geradoras;
- x) fazer com que o Agente Fiduciário receba, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, cópia de qualquer notificação de inadimplemento dos Contratos do Projeto;
- y) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração relevante do Contrato de EPC, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua realização;

- z) informar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, convocando, na data da ciência, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série pela Emissora;
- aa) encaminhar para o Agente Fiduciário, sempre que solicitado, em prazo razoável, cópia de todos os documentos relevantes por eles solicitados em relação ao Projeto, inclusive relatórios de progresso do Projeto, certificados e medições relativas ao Contrato de EPC;
- bb) na hipótese de qualquer Contrato do Projeto ser repudiado, total ou parcialmente, por qualquer parte, ou a legalidade ou exequibilidade de qualquer de suas disposições relevantes ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal repúdio ou questionamento judicial possa provocar um Impacto Adverso Relevante, a Emissora deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- cc) informar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento de cada trimestre, qualquer alteração da composição societária da MESA e de todos os Acionistas da MESA da qual tiver ciência;
- dd) informar e enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- ee) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- ff) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- gg) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- hh) atender de forma adequada os Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente na forma da lei;
- ii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA;
- jj) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, (b)

de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante;

- kk) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- ll) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, o Agente Fiduciário e outros prestadores de serviços que se façam necessários, bem como a tomar todas e quaisquer providências para a manutenção das Debêntures;
- mm) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;
- nn) cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Debenturistas, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador, disponíveis no site <http://www.equator-principles.com>, cujos parâmetros são também definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança disponíveis no site <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>;
- oo) adotar, conforme a legislação brasileira, medidas e ações destinadas a evitar, mitigar ou corrigir danos socioambientais, à segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de implantação da UHE Santo Antônio;
- pp) cumprir as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do projeto de implantação da UHE Santo Antônio e manutenção, em situação regular, de suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- qq) entregar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, cópia de todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) relacionados ao Projeto, sempre que disponibilizado aos agentes repassadores do Contrato de Repasse;
- rr) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- ss) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação financeira da Emissão, toda a documentação relativa à Oferta, e apresentá-la aos Coordenadores ou à autoridade demandante no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis ou em tempo hábil suficiente para o cumprimento de prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, sempre que assim solicitado;

- tt) pagar diretamente ou reembolsar Agente Fiduciário pelas despesas de viagem incorridas em função da inspeção do Projeto mencionadas na alínea “k”, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e comprovadas pelo Agente Fiduciário;
- uu) comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a ocorrência de qualquer aditamento ao acordo de acionistas da MESA, celebrado em 14 de novembro de 2007 por seus acionistas;
- vv) submeter, na forma da lei e regulamentação aplicável, suas demonstrações financeiras a exame de auditoria independente registrada junto à CVM;
- ww) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- xx) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com os Contratos do Projeto, com esta Escritura de Emissão e com os Contratos de Garantia e o Suporte de Acionistas, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- yy) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480;
- zz) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida assembleia geral de Debenturistas; e
- aaa) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço.

CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora e a MESA, conforme aplicável, neste ato, declaram e garantem que:

- a) são sociedades por ações validamente constituídas, em conformidade com a legislação brasileira, e possuem plena capacidade e autorização para o desenvolvimento de seus respectivos objetos sociais e para exercerem os direitos e assumirem as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- b) 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Emissora pertencem à MESA, e referidas ações não estão sujeitas a qualquer ônus ou gravame, excetuados (i) aqueles que serão celebrados no âmbito dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; e (ii) os contratos e ônus previstos nesta Escritura de Emissão;

- c) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, que foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- d) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão, a realizar a Emissão, a formalizar os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e cumprir as obrigações previstas nesses documentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto e os seus respectivos representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para tanto;
- e) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não se encontra subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- f) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seus documentos constitutivos e societários;
- g) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (1) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (2) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (3) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- h) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- i) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, incluindo as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, e 2013, apresentam de maneira correta e adequada a situação financeira da Emissora e da MESA nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da MESA referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras

mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e da MESA, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e para MESA, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;

- j) desde 31 de dezembro de 2013, não houve qualquer Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, bem como não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- k) o prospecto de distribuição das Debêntures (“Prospecto”) e o Formulário de Referência, conterão, a partir da data de entrega dos mesmos à CVM, todas as informações relevantes atualizadas, completas, suficientes e verídicas em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e no Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- l) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e no Formulário de Referência, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- m) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Formulário de Referência cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta, imprecisa, insuficiente ou inverídica;
- n) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, a Emissora e a MESA não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora e/ou a MESA perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- o) encontram-se adimplentes, em todos os aspectos materiais, no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, referentes ao Projeto;
- p) não há qualquer mútuo entre a Emissora e MESA e os Acionistas da MESA;

- q) a Emissora não tem conhecimento de qualquer fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- r) observam a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que (i) a Emissora e a MESA não utilizem, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores da Emissora e da MESA estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora e a MESA cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) a Emissora e a MESA cumpram a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Emissora e a MESA detenham todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (vi) a Emissora e a MESA tenham todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
- s) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e pela MESA de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA, ao CETIP 21 e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP; (iv) celebração e registro dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e (v) pelos registros de companhia aberta e da Oferta perante a CVM, nos termos da Cláusula 2.1 acima;
- t) as informações prestadas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e da MESA, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- u) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- v) cumprem, em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que estão sujeitas, conforme disposto na alínea (nn) da Cláusula 6.1 acima;
- w) cumprem as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;

- x) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- y) obterá e manterá o registro de companhia aberta da Emissora atualizado perante a CVM, e suas informações ali contidas e tornadas públicas estão atualizadas até a 31 de dezembro de 2013; e
- z) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 558 do Ministério de Minas e Energia datada de 03 de outubro de 2012.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

8.1.1. Nomeação. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar o debenturista perante a Emissora.

8.1.2. Declaração. O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do BACEN e da CVM, incluindo a Circular do BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitas as autorizações societárias necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- h) ser instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

- i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- k) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

8.1.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.2.1. Será devida, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração anual equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.
- 8.2.2. As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 8.2.3. As parcelas citadas na Cláusula 8.2.1 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 8.2.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- 8.2.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.3. Substituição

- 8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.
- 8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) e eventuais normas posteriores.
- 8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP.
- 8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.3.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios até a data da efetiva

substituição, à Emissora, como forma de remuneração pelos serviços a serem prestados pelo agente fiduciário substituto. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

8.3.8. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 8.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, às expensas da Emissora, cópias de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão, sobre o Projeto e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, regulamentação em vigor ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, nos termos da Cláusula 4.5 acima, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e do Contrato de Compartilhamento;
- j) examinar eventuais propostas de substituição dos bens dados em garantia, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- k) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - l.9) pagamentos de Remuneração realizados no período;
 - l.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

- l.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - l.12) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias;
- n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) na sede do Agente Fiduciário;
 - m.3) na CVM;
 - m.4.) na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA; e
 - m.5.) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
 - o) publicar, nos termos da Cláusula 4.10 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea “l” acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
 - p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
 - q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
 - r) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e tomar qualquer decisão no âmbito dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas de acordo com as orientações expressas e escritas dos Debenturistas;
 - s) solicitar, quando considerar necessário e às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

- t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- u) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- v) encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, na data de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tiver acesso ao mesmo, nos termos do artigo 6º do Anexo I ao Código ANBIMA;
- w) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, após verificar sua conformidade com os termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou em seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br); e
- x) convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas, comparecendo na data da sua efetiva ocorrência para prestar as informações que lhe forem solicitadas.

8.5. Despesas

- 8.5.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.
- 8.5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.
- 8.5.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

- 8.5.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.5.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

8.6 Atribuições Específicas

- 8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:
- a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V acima;
 - b) requerer a falência da Emissora;
 - c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
 - d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; e
 - e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.
- 8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) da Cláusula 8.6.1 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.6.1 acima.
- 8.6.3. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na seguinte emissão: (i) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, da 1ª emissão privada da Emissora, com vencimento em 300 (trezentos) meses contados da data de emissão das debêntures da 1ª série e em 300 (trezentos) meses contados da data de emissão das debêntures da 2ª série, tendo sido emitidas 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 1ª série e 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 2ª série, totalizando 1.520.120 (um milhão, quinhentas e vinte mil, cento e vinte) debêntures, sendo o valor total da emissão de R\$ 1.520.120.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões, cento e vinte mil reais). As debêntures são garantidas pelo penhor de ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, conforme disposto no Contrato de Penhor, pela cessão fiduciária de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e pelo suporte de recursos previsto no Contrato de Suporte Original e no Contrato de Suporte para Insuficiências. Até a presente data não foi verificado qualquer

evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; e (ii) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 27 de dezembro de 2022, totalizando 4.200 (quatro mil e duzentas) debêntures, sendo o valor total da emissão de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais). As debêntures são garantidas pelo penhor de ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, conforme disposto no Contrato de Penhor, pela cessão fiduciária de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária, pela fiança da Eletrobras, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da segunda emissão de debêntures e da CEMIG, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures, nos termos dos respectivos contratos de fiança celebrados à época da emissão e pelo suporte de recursos previsto no Contrato de Suporte Suplementar e no Contrato de Suporte para Insuficiências. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.

- 8.6.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.6.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturista.
- 8.6.6. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunidade dos Debenturistas, observado o disposto na alínea "w" da Cláusula 8.4.1 desta Escritura de Emissão.

9.2. Convocação

- 9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), ou pela CVM.
- 9.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.10 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 9.2.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
- 9.2.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3. Quorum de Instalação

- 9.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e observado o disposto na Cláusula 5.5, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 9.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela MESA e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.4. Mesa Diretora

- 9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.5. Quorum de Deliberação

- 9.5.1. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, sendo que as deliberações deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures em Circulação presentes quando em segunda convocação. Observado o disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures em Circulação presentes quando em segunda convocação.
- 9.5.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura de Emissão, (a) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento (bem como exclusão de qualquer hipótese); (vi) da alteração dos *quora* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta cláusula, (viii) criação de evento de repactuação, (ix) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e/ou (x) da espécie das Debêntures; e (b) eventual Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelos Debenturistas com o fim de anuir com a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, previamente ao eventual descumprimento das hipóteses estabelecidas na Cláusula 5.3 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.5.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.
- 9.5.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.5.5. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas,

ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Arquivamento e Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do arquivamento e registro desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Irrevogabilidade

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

10.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, item II, do Código de Processo Civil.

10.6. Comunicações

10.6.1. As comunicações a serem enviadas para a Emissora, para o Agente Fiduciário ou a MESA nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Santo Antônio Energia S.A.

Endereço: Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1
CEP: 05477-000 – São Paulo/SP
Fax: (11) 3702-2288
At.: Luiz Pereira de Araujo Filho
E-mail: lpereira@santoantonioenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Endereço: Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro/RJ
Fax: (21) 3385-4046
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro/Sr. Maco Aurélio Ferreira/ Srta. Marcelle Motta Santoro
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

Para MESA

Madeira Energia S.A. – MESA

Endereço: Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 2
CEP: 05477-000 – São Paulo/SP
Fax: (11) 3702-2288
At.: Luiz Pereira de Araujo Filho
E-mail: lpereira@santoantonioenergia.com.br

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
CEP: 04344-902 – São Paulo/SP
Fax: (11) 2797-4441
At.: Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador
Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.440, 10º andar
CEP: 04538-132 – São Paulo/SP
Fax: (11) 2797-4441
At.: Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

10.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.6.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Eleição de Foro

10.8.1. Para a solução de todas as controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão, que não possam ser resolvidas amistosamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação da parte reclamante a parte reclamada, fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo, Estado de São Paulo.

10.8.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes e a MESA firmam esta Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

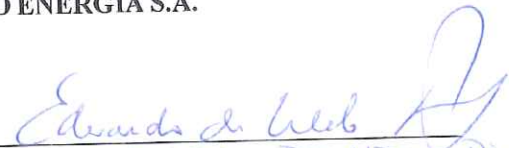
São Paulo, 11 de março de 2014.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.


Nome: LUÍZ PEREIRA DE A. FILHO
RG: 2.532.304-03


Nome: EDUARDO DE MELO PINTO
RG: 63.458.5517E

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS




Nome:

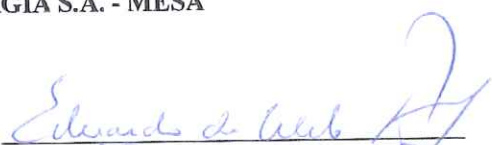
RG:

Ana Paula de Oliveira
Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

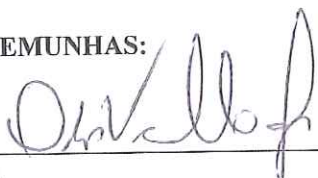
Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.


MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA


Nome: LUIZ PEREIRA DE A. FILHO
RG: 2.532.321-03-SSP/PA


Nome: EDUARDO DE N. PINTO
RG: 633.458-SSP/PE

TESTEMUNHAS:


Nome: _____
RG: Odair Ap. Varolio Jr.
CPF 274.030.668-71


Nome: _____
RG: MARCO TIMM FREIRE
CPF: 230.800.958-63

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., CELEBRADA ENTRE SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO I
TERMOS DEFINIDOS

1. “1ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão;
2. “2ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão;
3. “Acionistas da MESA” significa Andrade Gutierrez Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Odebrecht Energia do Brasil S.A.;
4. “Ações” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão;
5. “Aditamento” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.3.1 desta Escritura de Emissão;
6. “AGE” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão;
7. “Agente Fiduciário” significa a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
8. “Agentes Repassadores” significa o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Itaú Unibanco S.A. (sucessor do Banco Itaú BBA S.A.), Banco do Nordeste Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e Banco da Amazônia S.A., em conjunto;
9. “Agentes Repassadores Suplementares” significa o Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Itaú Unibanco S.A. (sucessor do Banco Itaú BBA S.A.), Caixa Econômica Federal e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, em conjunto;
10. “ANBIMA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.4 desta Escritura de Emissão;
11. “ANEEL” significa a Agência Nacional de Energia Elétrica;
12. “Anúncio de Início” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.3 desta Escritura de Emissão;
13. “Aprovações Societárias das Garantias” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula I.

14. “Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 9.1 desta Escritura de Emissão;
15. “Atualização Monetária” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
16. “BACEN”: significa o Banco Central do Brasil;
17. “Banco Liquidante” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
18. “BEST” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
19. “BM&FBOVESPA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;
20. “BNDES” significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
21. “BOVESPAFIX” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;
22. “BTG Pactual” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
23. “CCEARs” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão;
24. “CCEEs” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “c” da Cláusula 6.1 desta Escritura de Emissão;
25. “CCRECs” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão;
26. “CCVEs” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão;
27. “CEMIG” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5.2 desta Escritura de Emissão;
28. “CETIP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;
29. “CETIP 21” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;
30. “Código ANBIMA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.4 desta Escritura de Emissão;
31. “Código de Processo Civil” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “e” da Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão;

32. “Concessão” significa a concessão para exploração do potencial hidráulico da UHE Santo Antônio, objeto do Contrato de Concessão;
33. “Conta Centralizadora” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2527-5, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
34. “Conta Reserva de O&M” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2529-1, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
35. “Conta Reserva do Serviço da Dívida 1” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2530-5, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
36. “Conta Reserva do Serviço da Dívida 2” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 6180-8, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
37. “Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 2531-3, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
38. “Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6181-6, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
39. “Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 3” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº nº 6.320-7, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
40. “Conta Reserva Estática das Debêntures 3” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6.321-5, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
41. “Contas-Reserva” significa uma referência conjunta das seguintes contas: (i) Conta Reserva de O&M (ii) Conta Centralizadora, (iii) Conta Reserva do Serviço da Dívida 1, (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida 2, (v) Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1, (vi) Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2, (vii) Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 3 e (viii) Conta Reserva Estática das Debêntures 3;
42. “Conta Seguradora” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 2532-1, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
43. “Conta de Suporte MESA” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6790-3, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

44. “Conta de Suporte SAESA” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 2528-3, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
45. “Conta de Suporte Suplementar SAESA” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob nº 2528-3, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
46. “Conta de Suporte para Insuficiência SAESA” significa a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 2533-X, agência nº 3064-3, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
47. “Contrato de Cessão Fiduciária” significa o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, o BNDES, os Agentes Repassadores, o Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, o Banco do Brasil S.A., como banco arrecadador, a MESA, os Acionistas da MESA, a Odebrecht S.A., o agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora e o FI-FGTS, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte;
48. “Contrato de Compartilhamento de Garantias” significa o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado, entre BNDES, Agentes Repassadores, Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora e FI-FGTS, em 12 de março de 2009, conforme aditado em 20 de maio de 2010, 19 de outubro de 2012 e 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte, cujo objeto consiste nos termos e condições em que serão executadas as garantias outorgadas no âmbito do Contrato de Penhor e Contrato de Cessão Fiduciária;
49. “Contrato de Concessão” significa o Contrato de Concessão nº 001/2008-MME-UHE Santo Antônio de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a MESA em 13 de junho de 2008, aditado e transferido para a Emissora em 1 de dezembro de 2008, regulando a exploração do potencial hidráulico da UHE Santo Antônio;
50. “Contrato de Distribuição” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
51. “Contrato de EPC” significa o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, celebrado entre Emissora e o Consórcio Construtor Santo Antônio, em 17 de dezembro de 2008, conforme aditado;
52. “Contrato de Financiamento Direto” significa o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.1120.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES em 04 de março de 2009, conforme aditado;
53. “Contrato de Financiamento Direto Suplementar” significa o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1307.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES em 28 de agosto de 2013;

54. “Contrato de Financiamento FNO” significa o Contrato de Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, celebrado entre a Emissora e o Banco da Amazônia S.A., na qualidade de agente financeiro do FNO, com interveniência de terceiros, em 11 de março 2009, conforme aditado;
55. “Contrato de Penhor” significa o “Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre a MESA, o BNDES, os Agentes Repassadores, o Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, os Acionistas da MESA, o agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora, o FI-FGTS e, como interveniente-anuente, a Emissora, em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte;
56. “Contrato de Repasse” significa o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 01/2009, celebrado entre a Emissora e os Agentes Repassadores, com interveniência de terceiros, em 11 de março de 2009, conforme aditado;
57. “Contrato de Repasse Suplementar” significa o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 01/2013, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora e, na qualidade de agentes repassadores, os Agentes Repassadores Suplementares;
58. “Contrato de Suporte Original” significa o “Contrato de Suporte de Acionistas e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas da MESA, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO e pelo FI-FGTS, em 12 de março de 2009, conforme aditado em 19 de outubro de 2012 e 28 de agosto de 2013;
59. “Contrato de Suporte para Insuficiências” significa o “Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas da MESA, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, pelo Agente Fiduciário e pelo FI-FGTS, em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte;
60. “Contrato de Suporte Suplementar” significa o “Contrato de Suporte de Acionistas Suplementar e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas da MESA, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores Suplementares e pelo agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora, em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte;
61. “Contratos de Engenharia do Proprietário” significam os Contratos de Engenharia do Proprietário, celebrado, um deles, com a Engevix Engenharia S.A. e, o outro, com Furnas Centrais Elétricas S.A.;
62. “Contratos de Fiança” significam, em conjunto o “Instrumento Particular de Contrato de Fiança”, a ser celebrado pela Eletrobras e o “Instrumento Particular de Contrato de Fiança”, a ser celebrado pela CEMIG;

63. “Contratos de Financiamento” significam (i) o Contrato de Repasse; (ii) o Contrato de Financiamento Direto; (iii) o Contrato de Financiamento FNO; (iv) a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures; (v) o Contrato de Financiamento Direto Suplementar; (vi) o Contrato de Repasse Suplementar; e (vii) a Escritura da 2ª Emissão de Debêntures;
64. “Contratos de Financiamento Suplementares” significam (i) Contrato de Financiamento Direto Suplementar; (ii) o Contrato de Repasse Suplementar; e (iii) a Escritura da 2ª Emissão de Debêntures;
65. “Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas” significa o Contrato de Penhor, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Suporte Suplementar, o Contrato de Suporte para Insuficiências e o Contrato de Fiança;
66. “Contratos do Projeto” significa o Contrato de EPC, o Contrato de Concessão e os Contratos de Engenharia do Proprietário;
67. “Coordenador Líder” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
68. “Coordenadores” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
69. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários;
70. “Data de Emissão” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.7 desta Escritura de Emissão;
71. “Data de Integralização” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.8 desta Escritura de Emissão;
72. “Data de Vencimento” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão;
73. “Data de Vencimento da 1ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão;
74. “Data de Vencimento da 2ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão;
75. “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.3.1 desta Escritura de Emissão;
76. “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.3.1 desta Escritura de Emissão;
77. “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.3.1 desta Escritura de Emissão;
78. “DDA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;

79. “Debênture” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
80. “Debêntures em Circulação” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 9.3.2 desta Escritura de Emissão;
81. “Debenturistas” significa os titulares das Debêntures da presente Emissão;
82. “Decreto 7.603” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.6 desta Escritura de Emissão;
83. “DOESP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.2 desta Escritura de Emissão;
84. “Eletrobras” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5.2 desta Escritura de Emissão;
85. “Emissão” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
86. “Emissora” significa a Santo Antônio Energia S.A.;
87. “Escritura de Emissão” significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A., celebrada entre Santo Antônio Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e, na qualidade de interveniente anuente, Madeira Energia S.A. – MESA;
88. “Escritura da 1ª Emissão de Debêntures” significa a Escritura Particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, da Santo Antônio Energia S.A., datada de 12 de setembro de 2012 e aditada em 28 de agosto de 2013;
89. “Escritura da 2ª Emissão de Debêntures” significa o Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santo Antônio Energia S.A., celebrado em 27 de dezembro de 2012, conforme aditado em 22 de maio de 2013 e 28 de agosto de 2013;
90. “Escriturador Mandatário” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
91. “Evento de Inadimplemento” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
92. “Fiadores” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5.2 desta Escritura de Emissão;

93. “Fiança” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5.2 desta Escritura de Emissão;
94. “FI-FGTS” significa o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS;
95. “Formador de Mercado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.11 desta Escritura de Emissão;
96. “Formulário de Referência” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.3 desta Escritura de Emissão;
97. “FNO” significa o FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;
98. “Garantias e Suporte de Acionistas” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.5 desta Escritura de Emissão;
99. “Garantias de Execução” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “b” da Cláusula 4.5.I desta Escritura de Emissão;
100. “HSBC” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.1 desta Escritura de Emissão;
101. “IBGE” significa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
102. “ICSD” significa o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e é calculado conforme o Anexo II desta Escritura de Emissão;
103. “ICSD Mínimo” tem o significado atribuído a tal termo no subitem (ii), da alínea “i” da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
104. “Impacto Adverso Relevante” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “y” da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
105. “Índices Financeiros” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “i” da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
106. “Instrução CVM 28” significa a Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
107. “Instrução CVM 400” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
108. “Instrução CVM 480” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.3 desta Escritura de Emissão;
109. “Investidor Qualificado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.2 desta Escritura de Emissão;
110. “Investidor Não Qualificado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.2 desta Escritura de Emissão;

111. “IPCA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
112. “JUCESP” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.2 desta Escritura de Emissão;
113. “Juros Remuneratórios” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2 desta Escritura de Emissão;
114. “Juros Remuneratórios da 1ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2 desta Escritura de Emissão;
115. “Juros Remuneratórios da 2ª Série” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2 desta Escritura de Emissão;
116. “Lei 12.431” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.6 desta Escritura de Emissão;
117. “Licença da Operação” significa a Licença nº 1044/2011, que contempla a inclusão das seis unidades geradoras adicionais e a alteração da cota, de 70,5m para 71,3m, conforme o Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio;
118. “Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
119. “MDA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.5 desta Escritura de Emissão;
120. “MESA” significa a Madeira Energia S.A. – MESA;
121. “NTN-B” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.2.
122. desta Escritura de Emissão;
123. “Número Índice Projetado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
124. “Oferta” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula II desta Escritura de Emissão;
125. “Período de Ausência do IPCA” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1.1 desta Escritura de Emissão;
126. “Pessoas Vinculadas” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.6 desta Escritura de Emissão;
127. “Procedimento de Bookbuilding” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.6.5 desta Escritura de Emissão;
128. “Projeto” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.2.1 desta Escritura de Emissão;

- 129. “Prospecto” tem o significado atribuído a tal termo na alínea “k” da Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão;
- 130. “Quadro de Usos e Fontes” significa os investimentos (usos) e recursos (fontes) necessários para a implementação do Projeto, a ser colocado à disposição do Agente Fiduciário trimestralmente;
- 131. “Remuneração” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão;
- 132. “Resolução CMN 3.947” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 2.6 desta Escritura de Emissão;
- 133. “Sistema de Vasos Comunicantes” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão;
- 134. “Taxa Substitutiva” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1.1 desta Escritura de Emissão;
- 135. “UHE Santo Antônio” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 3.1 desta Escritura de Emissão;
- 136. “Valor Nominal Unitário” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.1.1 desta Escritura de Emissão; e
- 137. “Valor Nominal Unitário Atualizado” tem o significado atribuído a tal termo na Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., CELEBRADA ENTRE SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO II

ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras da Emissora, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de caixa da atividade

- (+) EBITDA
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

$$C = \text{ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA} = (A) / (B)$$

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciações e amortizações;
- (+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e,
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.